

O CURSO NORMAL DO COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – 1931-1947, processo pedagógico

MELINA BRASIL SILVA
GERALDO INÁCIO FILHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo explicitar os resultados da investigação na qual buscamos desenvolver uma análise do referido colégio Sagrado Coração de Jesus, através da história da educação feminina por ele ministrada. Pretendemos evidenciar a gênese daquela instituição, seus marcos históricos e processos pedagógicos. Percebe-se assim, que este tipo de pesquisa passa a atribuir grande importância às singularidades sociais e às especificidades, preocupando-se em estabelecer uma relação entre o presente e o passado, entre uma micro-abordagem (escola) dentro de uma macro-abordagem (sistema educacional). O “Colégio Sagrado Coração de Jesus” é uma escola fundada no ano de 1919 e até os dias atuais existe na cidade de Araguari. Compreendendo as imensas possibilidades de estudo que o ambiente escolar pode propiciar, foi por nós determinada uma periodização que tem início nos meados de 1931, ano em que o colégio recebeu oficialmente autorização para ministrar o Ensino Normal para formação de professores, através do Decreto-Lei nº 10120, do Governo do Estado e seu final em 1947, quando, pelo Decreto Estadual nº 2416, recebeu outorga de mandato para ministrar o Ensino Normal de 2º Ciclo. É importante salientar que a pesquisa foi realizada voltando-nos para o Curso Normal, percebendo nele relevante papel na formação da sociedade feminina daquela cidade. Outra especificidade do referido colégio dá-se pelo fato deste ser regido por freiras, ou seja, de constituir-se em uma escola de cunho confessional católico, de caráter privado.

Palavras-chave: História da Educação; Educação confessional católica; Escola Normal.

1 INTRODUÇÃO

O texto a seguir apresentado tem por objetivo explicitar os resultados da investigação na qual buscamos desenvolver uma análise do referido colégio através da história da educação feminina por ele ministrada. Pretendemos evidenciar a gênese daquela instituição, seus marcos históricos e processos pedagógicos.

À luz de todas essas questões, que tornam as instituições escolares locais tão importantes para a compreensão de todo pensamento de uma época escolhemos o “Colégio Sagrado Coração de Jesus”, escola fundada no ano de 1919 e até os dias atuais existe na cidade de Araguari.

Compreendendo as imensas possibilidades de estudo que o ambiente escolar pode propiciar, foi por nós determinada uma periodização que tem início nos meados de 1931, ano em que o colégio recebeu oficialmente autorização para ministrar o Ensino Normal para formação de professores, através do Decreto-Lei nº 10120, do Governo do Estado e seu final em 1947, quando, pelo Decreto Estadual nº 2416, recebeu outorga de mandato para ministrar o Ensino Normal de 2º Ciclo.

É importante salientar que a pesquisa foi realizada voltando-nos para o Curso Normal, percebendo nele relevante papel na formação da sociedade feminina daquela

cidade. Outra especificidade do referido colégio dá-se pelo fato deste ser regido por freiras, ou seja, de constituir-se em uma escola de cunho confessional católico, de caráter privado.

Inácio Filho traz algumas considerações acerca da predominância deste tipo de ensino em todo o Brasil:

O predomínio do ensino privado, principalmente de orientação religiosa, desde a origem das primeiras escolas no final do século XIX até os anos de 1940, caracteriza um certo descaso do Estado com relação aos assuntos educacionais, que só mereceram melhor atenção a partir desse período (INÁCIO FILHO, 2002, p. 40).

e ainda afirma que:

[...] no conjunto as cidades da região[Triângulo Mineiro], pelo menos até os anos de 1940, existe uma prevalência do ensino privado sobre o público. Além de a escola particular ter chegado primeiro, ela teve caráter confessional-católico (INÁCIO FILHO, 2002, p. 41).

Enfim, a presente pesquisa almeja em poder contribuir com os demais estudos do campo da História da Educação Brasileira, realizando trabalho em uma das escolas mais antigas da região triangulina, haja vista a constatação de um vazio historiográfico nesta área e também da verificação de uma enorme demanda social pela redescoberta deste passado.

2 MÉTODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa constituiu-se primeiramente de um estudo bibliográfico referente à temática educacional, com a utilização de livros, artigos e dissertações que tratam de assuntos referentes à História da Educação e às Instituições Escolares.

Após a leitura e análise da bibliografia partimos para a coleta e o estudo das fontes primárias que se encontram no colégio tais como Livro do Tombo, livro de atas, listas com nomes de ex-alunas e ex-professoras, quadro de disciplina e notas.

Num terceiro momento houve o levantamento de nomes de pessoas para a realização de entrevistas que tinham por finalidade dar voz a esses atores tão importantes da escola. Feito isso foi hora de procurá-las e marcar as entrevistas. Infelizmente não foram encontradas muitas mulheres que nos concedessem as entrevistas, haja vista o período tratado. Assim a idade avançada de muitas delas; outras tantas mudaram-se ou faleceram, podem ser considerados obstáculos naturais ao desenvolvimento do trabalho. Ainda houve uma que se negou em nos ceder suas memórias, pois não via importância de se estar colhendo “coisas tão antigas, que já passaram há tanto tempo e não fazem diferença”.

Mas aquelas que nos contaram suas histórias foram de imensa importância, pois sem elas haveriam diversas lacunas em nossos estudos, já que somente os documentos não trouxeram todas as informações requeridas.

Num último momento, foi realizada a análise das entrevistas.

De posse de todas essas informações chegou a hora de estabelecer a relação entre a análise teórica, a documentação encontrada e as vivências recuperadas pelas entrevistas, o que tratamos neste texto.

3. A origem do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria (C.I.S.C.M.) foi fundada na cidade de Berlaar, Bélgica, em 14 de março de 1845, sendo mais tarde implantada no Brasil em várias localidades. Suas congregadas tinham como missão formarem-se como enfermeiras e/ou professoras (nesse caso faziam seus estudos na Escola de Froebel na Bélgica), para assim prestarem ajuda a quem necessitasse.

Atendendo a convite realizado pelo bispo da cidade de Montes Claros-MG., quatro religiosas partiram de Berlaar com destino ao Brasil para trabalharem no hospital da referida cidade. Tal hospital servia a pessoas indigentes e passava por grandes dificuldades, requerendo ajuda.

Após mais de um mês da partida as irmãs chegaram ao porto da cidade do Rio de Janeiro e seguiram rumo a Montes Claros. Sendo assim, no mês de junho do ano de 1907 chegaram à cidade.

Com o passar do tempo as freiras observaram que havia a necessidade de se instalar uma escola naquela localidade. Portanto, trataram de abrir uma que ministrasse o ensino pré-primário e, posteriormente com o aumento da demanda, o ensino primário.

Em Januária, cidade próxima a Montes Claros e que pertencia ao mesmo bispado, já existia um colégio que logo depois veio a ser dirigido por oito religiosas belgas, tornando-se um colégio denominado “Colégio Sagrado Coração de Jesus”. Nessa época já haviam vindo mais freiras ao Brasil, inclusive a Montes Claros, portanto, algumas delas deslocaram-se a essa cidade para lá trabalharem na referida instituição.

Araguari nesses tempos contava com diversas famílias que desejavam ver suas filhas estudando. Devido à escassez de instituições públicas, muitos professores ministravam aulas em suas residências, ou mesmo nas dos alunos.

Já existia na cidade uma escola aberta pelo Governo Estadual que ministrava o ensino primário chamada “Grupo Escolar” (esta teve suas atividades iniciadas em 1909, sendo no final dos anos 1920 denominada “Grupo Escolar Raul Soares”), mas que não atendia aos interesses de toda sociedade araguarina da época.

Os filhos das famílias que possuíam mais posses iam estudar fora, nos grandes centros da época, para formarem-se advogados, engenheiros etc, e as moças, filhas de tais famílias, não tinham como prosseguir seus estudos, pois, naqueles tempos era quase impossível imaginar uma garota morando longe de sua família mesmo para estudar.

Percebendo tais fatos, Padre Manuel Curado Fleury, pároco de Araguari, enxergou num colégio coordenado por freiras a melhor educação para as jovens. Assim, fez vários convites para que as irmãs da C.I.S.C.M viessem à cidade para abrirem um colégio.

Enquanto isso as irmãs que estavam em Januária trabalhavam em condições precárias e sentiam necessidade de mudar de local. Quando receberam os pedidos do Padre Fleury, somados a alguns motivos de ordem administrativa, as freiras que lá se encontravam resolveram transferir-se para Araguari.

Houve grande festa na chegada das irmãs. Inicialmente as religiosas foram acolhidas nas dependências da Casa Paroquial, contando com todo o apoio do Padre Fleury, e lá permanecendo de 25 de dezembro de 1918 a 14 de abril de 1919, data em que as freiras mudaram-se para uma casa comprada e reformada através do dinheiro doado pelas famílias da sociedade araguarina da época (dos chamados “coronéis”). Nesse dia, com missa solene celebrada pelo Padre Lafayette de Godoy, foi inaugurado o Colégio Sagrado Coração de

Jesus, sob a direção da Irmã Maria Blandina, que mais tarde veio a ser nomeada Madre Superiora.

As primeiras irmãs que chegaram à cidade foram: Irmã Maria Blandina, Irmã Berchmans, Irmã Blanche, Irmã Rodrigues, Irmã Canuta, Irmã Berta, Irmã Anatólia, Irmã Fúlvia e Irmã Olga, sendo que esta era a única delas que sabia falar português.

Ministrando inicialmente o ensino primário a essa escola foi fundada com o intuito de oferecer à sociedade de Araguari e região uma educação (preferencialmente a meninas) baseada numa sólida formação moral e espiritual de acordo com o Evangelho de Jesus Cristo.

Lá era oferecido às futuras alunas os regimes de internato e externato, já que as irmãs vislumbravam uma grande procura pela escola por parte das famílias de toda a região, o que realmente aconteceu, como veremos a seguir.

3.1 O início das atividades do colégio.

Segundo consta no Livro do Tombo do colégio, em 1919 havia 98 alunas, sendo que 16 eram do internato e 82 eram alunas externas. No ano seguinte, 1920, observa-se o aumento das matrículas na escola sendo registrada a presença de 20 alunas em regime de internato e 90 no de externato. O Colégio Sagrado Coração de Jesus crescia a olhos vistos, sendo que já no ano de 1924, a instituição contava com 30 alunas internas e 175 externas (registre-se que no referido livro, p.3, informa que dessas 175 alunas externas deveriam estar incluídas 25 crianças pobres). Todos os anos vinham da Bélgica novas levas de religiosas.

A 15 de junho de 1924, pelo padre Lafayette de Godoy, foram benzidos e inaugurados o novo prédio e seus respectivos compartimentos, já que aquela pequena casa não estava acolhendo tão bem as irmãs e suas funções.

Em 1927 o colégio já havia feito ultrapassar sua fama de boa escola através de vários estados brasileiros, sendo que em seus documentos constata-se matrículas de meninas oriundas dos estados de Goiás e de São Paulo. Neste ano foram registradas 60 alunas internas e 225 externas, sendo 20 pobres e 5 órfãs internas.

Quanto a essas crianças pobres que recebiam educação no Colégio, elas deveriam, em troca do ensino, prestar ajuda às irmãs na realização dos serviços domésticos da escola segundo informação fornecida por freiras e alunas matriculadas no período.

Nesta mesma data (1927), “visando a formação de religiosas brasileiras, foi criado o noviciado da Congregação em Araguari, anexo ao colégio” (NAVES & RIOS, 1988, p. 104).

A Escola fornecia, sob forma de aulas particulares extra escolares, os cursos de pintura, francês, música e trabalhos manuais inclusive para pessoas que não faziam parte do quadro de alunas da escola.

Além do Colégio Sagrado Coração de Jesus, que era particular e freqüentado pelas meninas filhas das classes mais abastadas, as irmãs belgas tinham um colégio anexo nomeado Colégio São Luís. Este encontrava-se em frente ao Sagrado Coração de Jesus, porém destinava-se a atender crianças, tanto meninas quanto meninos, das classes mais pobres. O ensino lá ministrado era gratuito e dado pelas freiras. Infelizmente, a História desse Colégio ficou perdida no tempo devido a um incêndio que destruiu sua documentação.

3.2 Ambientação histórico-educacional

Observa-se que antes da intensificação da industrialização no país, com a economia predominantemente agrícola (rural) e de subsistência, a demanda pela escola era pequena, pois as expectativas de melhoria de vida eram ínfimas. Sendo assim havia maior oferta de ensino que procura; “educação formal sem utilidade prática” (ROMANELLI, 1980). Quem requeria ensino era a classe mais rica que via na instrução uma maneira de diferenciação em relação às classes subalternas.

Assim, juntamente com a afirmação do capitalismo industrial no Brasil ocorreram novas exigências no campo educacional. Nas áreas onde ia-se dando uma maior industrialização ocorria uma maior demanda social pela expansão do ensino. Havia a necessidade de escolarização em todos os níveis para a formação de contingente para as novas atividades, todavia, o avanço no sentido da educação universitária foi muito superior ao avanço dado em direção da expansão do ensino profissional, pois havia o desejo das camadas emergentes (as classes médias urbanas) na participação dos privilégios que a elite já desfrutava; sendo assim, elas requeriam a expansão daquela escola fundamentada em conteúdos humanistas.

Em relação ao Curso Normal e ao Ensino Comercial, apesar de serem cursos profissionalizantes esse ramos “oferecem a oportunidade de obter um título profissional de nível médio, conferido mediante uma educação acadêmica” (ROMANELLI, 1980, p.118).

Diversas reformas pedagógicas foram realizadas nos anos 1920, visando a implantação de uma escola primária “integral” e de um ensino de grau médio integrado com o primário e o superior.

Assim muitos educadores defendiam a idéia de que não só era preciso difundir a educação e a cultura, como também era necessário reestruturá-las. Houve a pregação para que ocorresse o aumento no número de escolas primárias como forma de disseminação de uma educação básica para a população.

Diante disso, o Estado agiu de maneira a atender as pressões sociais pelo ensino que eram realizadas naquele momento. Promoveu um crescimento das oportunidades educacionais, mas de forma insatisfatória tanto em relação à quantidade como à qualidade e sem visar uma política nacional de educação.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, que ficou sob a responsabilidade de Francisco Campos. No ano de 1932, houve a chamada “Revolução Constitucionalista”, motivada pela elite paulista que queria retomar a hegemonia política no nível federal. Também estava ocorrendo uma relativa demora na promulgação da Constituição, aumentando o descontentamento daqueles educadores participantes do movimento pelas reformas nos anos 1920.

A Constituição de 1934 veio atender tanto as questões dos reformadores quanto aquelas requeridas pelos católicos (pela implantação, nas escolas, do ensino religioso facultativo). Nela dá-se bastante ênfase à educação, reservando-lhe um capítulo exclusivo.

Pode-se afirmar que a nova Carta inaugurou uma política nacional em matéria educativa. Competia única e exclusivamente à União de traçar as diretrizes da Educação Nacional e fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo território do país (SILVA, 1980, p. 20).

A Constituição determina que o ensino primário seja gratuito e de frequência obrigatória, e que o ensino religioso tivesse presença facultativa e ministrado de acordo

com a confissão religiosa dos pais ou responsáveis pelo aluno, constituindo-se matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Em 10 de novembro de 1937 foi outorgada uma nova Constituição, decorrente do golpe em que se instalou a ditadura no Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas; este período ditatorial ficou conhecido como “Estado Novo” e vigorou até 1945.

Quanto à educação, a nova Carta Magna manteve alguns princípios anteriores e procurou dar ênfase ao trabalho manual, instituindo o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias. O ensino cívico também tornou-se obrigatório nesses níveis.

As diretrizes ideológicas que nortearam a política educacional do Estado Novo consubstanciavam-se na exaltação da nacionalidade, nas críticas ao liberalismo, no anti-comunismo, na valorização do ensino profissional (SILVA, 1980, p. 25).

A afirmação acima pode ser complementada pela seguinte afirmação de Ribeiro (2001):

[...] fica explicitada a orientação político-educacional capitalista de preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas funções abertas pelo mercado. No entanto, fica também explicitado que tal orientação não visa contribuir diretamente para a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e manual, uma vez que se destina às classes menos favorecidas (RIBEIRO, 2001, p. 129).

Dentro do Estado Novo, a exaltação da nacionalidade e a grande relevância dada ao ensino profissional, tornaram-se componentes importantíssimos dentro da ideologia educacional.

Em 1942 foi decretada uma reforma do ensino pelo então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Ela abrangia o ensino dos cursos secundário e técnico-industrial. Ela vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Não se pode deixar de assinalar que houve uma enorme expansão do ensino no Brasil a partir dos anos 1930, só que essa expansão ocorreu de maneira heterogênea entre as regiões do país, concentrando-se nas regiões mais urbanizadas e industrializadas.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus, ao abrir sua portas para o curso Normal procurou dar continuidade ao seu intuito de educação religiosa para as moças de toda região. O referido curso teve seu início no ano de 1930 e apenas sete alunas da primeira turma o concluíram em 1932.

A escola era eminentemente feminina salvo os primeiros anos do primário, e mesmo esse acabou tornando-se exclusivamente feminino quando em 1926 houve a abertura do colégio Regina Pacis na cidade. Foram padres holandeses que o iniciaram, visando a formação de meninos.

No Colégio Sagrado Coração de Jesus havia curso primário. Sendo assim, muitas daquelas que já estudavam lá, ao final deste nível de ensino prosseguiram com seus estudos de adaptação, que era de dois anos, preparando-se para o curso de formação de professores propriamente dito que se dava em seguida por mais três anos.

Ao comparar a documentação referente ao número de alunas que acabavam o 2º ano do curso de adaptação e aquelas que entravam para o 1º ano do Normal, percebe-se que muitas daquelas que terminaram o de adaptação não prosseguiram seus estudos como normalistas; muitas das vezes elas prosseguiram após o 4º ano do primário pois já estudavam no colégio mas não se formavam como professoras.

De todas as disciplinas que compunham o currículo do curso de Adaptação e do curso Normal, percebe-se que apenas no 3º ano do Normal eram introduzidas aquelas que se referiam especificamente à formação profissional, demonstrando a grande preocupação que havia em uma formação predominantemente humanística.

Referindo-se à disciplina de Prática Profissional, esta seria a parte destinada à aprendizagem e confecção de planos de aula para que posteriormente as alunas ministrassem aulas práticas no primário do colégio ou no primário do colégio São Luís.

No aspecto disciplinar as irmãs eram conhecidas por seu rigor com as alunas, principalmente com as internas:

No regime de internato as moças eram tratadas com muito rigor. Elas moravam no colégio, suas roupas eram lavadas lá [...] Elas somente saíam acompanhadas das irmãs[...] e quando saíam às vezes no Domingo, as irmãs as levavam, em fila, para dar uma volta na rua. A gente não andava sozinha de jeito nenhum. Era um passeio, mas em fila (RODRIGUES, 2003).

A Sra. Marta Ferreira Alves Duarte lembra de seu relacionamento com as alunas internas e de como essas eram tratadas pelas freiras:

Fui aluna externa [...] a gente tinha comunicação com as alunas do internato mais dentro da classe [...] fora ficávamos bem separadas[...] as irmãs vigiavam[...] a gente ficava junto enquanto estávamos estudando dentro da classe, ou fazendo ginástica. Devia acontecer isso por zelo das irmãs [...] elas eram responsáveis por essas meninas [...] parece que lembro das internas irem tomar lanche no refeitório e nós externas ficávamos no pátio. Mas não havia nenhuma diferenciação no tratamento dado pelas freiras em relação a ser ou não interna (DUARTE 2003).

O Colégio recebia alunas bolsistas que não tinham condições de pagar seus estudos. O Governo mineiro, quando autorizou o funcionamento do curso Normal, pôs uma cláusula no documento que exigia que as irmãs fornecessem gratuidade de ensino para 6 alunas externas ou 3 alunas internas no curso. Também havia aquelas meninas, que em troca do ensino ajudavam as freiras nos afazeres domésticos do colégio após o término das aulas.

O cotidiano escolar era rígido. Muita teoria ministrada na base do quadro-negro e aula expositiva, salvo quando eram realizadas experiências no laboratório do colégio, durante as aulas de Ciências.

Os exames escritos eram realizados quinzenalmente, abrangendo a matéria dada no período. Sempre se voltava àquele conteúdo já estudado para assim apresentar o próximo. As provas escritas eram realizadas durante o ano todo, e ao final dele era realizado o exame oral para a promoção da aluna ao ano seguinte.

Os exames de promoção eram realizados em dezembro, em uma das salas do colégio, contando com a presença de um fiscal, da diretora e perante uma comissão examinadora composta por duas professoras. Somente faziam a prova oral as alunas que tivessem frequência legal de três quartos das partes dos exercícios e trabalhos constantes do programa de ensino. Havia o sorteio de ponto relativo à matéria dada durante todo o ano. Ao final era julgada a prova oral. Assim fazia-se a média anual das notas das provas escritas, somava-se a nota obtida no exame oral, dividia-se por dois, resultando na nota anual final de cada aluna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem estudava no colégio tinha como obrigação a freqüência às missas de domingo realizadas na capela da escola. Essas se davam sempre às oito horas da manhã e segundo o relato de uma ex-aluna, às vezes havia alguma menina que desmaiava durante a celebração, pois devia-se ir em jejum. As alunas deveriam comparecer de uniforme e cada professora realizava a chamada de sua turma.

Quanto à questão da religiosidade, esta era encarada com grande importância, não só pelo fato de se tratar de uma instituição confessional, mas também pela questão social. Naqueles tempos a mulher era criada para ser uma boa esposa e boa mãe. Se ela quisesse ter alguma pretensão profissional, sua única escolha era tornar-se professora. Podemos perceber essa visão se analisarmos o próprio nome dado ao curso de formação de professores: “Normal”, trazendo nele a concepção de naturalidade para a escolha vocacional feminina.

Sendo assim, um aspecto relevante em nossa pesquisa esteve na tentativa de compreender as intenções daquelas que freqüentaram o curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Muitas das que foram normalistas afirmaram que estudar nessa escola era tido como a única opção de escolarização para aquelas com boas condições financeiras, já que ele era a única instituição que dava uma educação pós-primária na cidade. A instituição era famosa. O “colégio das irmãs” (como até hoje ele é conhecido na cidade) tinha grande prestígio perante a sociedade, principalmente como elemento de diferenciação social.

As famílias mais ricas achavam fundamental que seus filhos tivessem uma educação “adequada” ao nível de sua posição social. Os homens já tinham seu caminho praticamente trilhado: iam continuar seus estudos nas universidades das grandes cidades do país, formando-se nas carreiras liberais.

No caso feminino, a visão educacional era bem mais restrita. As mulheres que pertenciam às classes mais elevadas tinham sua formação familiar religiosa baseada no cristianismo, voltada às atividades domésticas e à criação dos futuros filhos. Quanto à formação educacional desejava-se que ela continuasse a fornecer os mesmos preceitos já iniciados na família. Portanto, a educação das moças da elite de Araguari era realizada pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus de maneira a atender as demandas postas pela sociedade.

As reais intenções das famílias que matriculavam suas filhas no colégio das irmãs era a sua distinção perante as outras moças das classes de poder aquisitivo inferior. As meninas ricas deveriam ter uma educação diferenciada das mais pobres cursando o ensino Normal, já que a educação primária pública podia ser realizada pelas crianças de qualquer nível social.

Os pais daquelas normalistas pretendiam que elas obtivessem o diploma de professoras emitido pelo colégio mesmo que essa formação profissional nunca fosse posta em prática. O ensino Normal, portanto, tornava-se uma complementação da educação dada na família, contribuindo para que a mulher tivesse uma sólida formação religiosa baseada nos preceitos cristãos, destacasse sua posição social de elite, ou seguisse os caminhos da “natureza” feminina através do “dom” de ser professora e acima de tudo, tratava-se de ser um curso que, segundo uma entrevistada, “dava uma formação para a vida”, sendo de importantíssima utilidade para a educação de seus filhos.

Portanto pode-se observar que diversas normalistas não seguiram suas carreiras como professoras; que muitas exerceram a profissão durante um curto período antes do

casamento utilizando a formação dada pelo Colégio na criação de seus rebentos, e também que algumas tornaram-se religiosas, permanecendo na escola após a conclusão do curso.

Convém ressaltar que outras tantas seguiram com o magistério, trabalhando com a educação até se aposentarem. Todavia o que queremos salientar são as reais intenções de muitas famílias araguarinas da época em questão; essas ao verem suas filhas estudando no curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus pretendiam continuar afirmando-se enquanto classe influente e intelectualmente diferenciada dentro da sociedade de Araguari, visando na educação de suas moças a continuação do *status* obtido com a educação dos filhos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. Os sistemas escolares. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. (orgs.). **Educação e sociedade** (leituras de sociologia da educação). 9ed São Paulo: Nacional, 1978. p.138-149.

BERGER, P. L. & BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.i & MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade** (leituras de introdução à Sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981. p. 193-199.

BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D.(orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EDUFU, 2002, p.25-38.

INÁCIO FILHO, G. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D.(orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EDUFU, 2002, p. 39-64.

_____. **A monografia nos cursos de graduação**. 3ed Uberlândia: EdUFU, 2003.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais. In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D.(orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EDUFU, 2002, pp. 03-23.

LIVRO DO TOMBO. Colégio Sagrado Coração de Jesus, Araguari, MG, s.d.

MOURA, G. F. M. **Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. SRA. das Dores - Uberaba, 1940-1966)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. 2002.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NAVES, M. C. F. M., RIOS, G. M. **Araguari cem anos de dados e fatos**. Araguari: Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

NOSELLA, P. e BUFFA, E. **Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos, 1911-1933**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

NUNES, C. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetivos. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**. 17ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SILVA, M. dos S. **A Educação Brasileira no Estado-Novo: 1937/1945**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.